



JOVENS E PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO: rupturas ou continuidades ao padrão ideologizante da qualificação profissional?

Erivã Garcia Velasco ¹

RESUMO

Ao considerar o contexto contemporâneo que elevou as juventudes a público preferencial de políticas públicas de preparação para o trabalho, este artigo procura dialogar com as versões mais recentes adquiridas pelos programas, analisando em que medida estes inovam ou reforçam modelos e modalidades hegemônicas de qualificação profissional que datam dos anos de 1990. Analisando mais detidamente o ProJovem Adolescente com base em dados de execução no município de Cuiabá-MT em 2009, ano de transição para um novo formato, procura evidenciar de modo crítico que, em que pese o que se pode considerar como mudanças organizacionais ou avanço teórico-conceitual, tendências nacionais e internacionais ideologizadas e ideologizadoras permanecem, e como tais revestidas de discurso de inclusão por meio do ativismo cidadão, participacionismo ou protagonismo juvenil e aquisição de capacidades e habilidades. Nesses termos, verificou-se que além de permanecer um padrão precário e compensatório de preparação para o trabalho, deslocado e desarticulado de políticas setoriais e políticas estruturantes como de trabalho e renda, inculca responsabilização nos próprios sujeitos – jovens e famílias - retirando o caráter coletivo, público e de direito à profissionalização.

Palavras-chave: Juventudes, Qualificação Profissional, Ideologização

ABSTRACT

Considering the contemporary context that turned youth in the preferred audience of the public policy of preparing for work, this article seeks to dialogue with the latest versions up dated purchased by the programs, analyzing the extent to which they innovate or reinforce models or hegemonic qualification methods of professionals from the 1990s. Looking more closely at the “ProJovem Adolescent” based on data obtained from the performance in the city of Cuiabá in

¹ Doutora. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). erivagv@terra.com.br



2009, year of transition to a new format, it tries to highlight in a critical way that, despite what we may consider as organizational changes or theoretical-conceptual advance, national and international idealized e ideologizing trends still remain coated by a discourse of inclusion through citizen activism, “participacionismo” or juvenile leadership and acquisition of skills and abilities. In these terms, it was found that in addition to a remaining precarious pattern standard remain precarious and compensatory preparation for work, displaced and disjointed sectorial policies and structural policies such as employment and income, inculcates responsabilization to the own person/subject - young people and families - taking out the collective and public characters and the right of professionalization.

Keywords: Youth; Vocational training; ideology

I - Qualificação Profissional de jovens – os termos do debate

Qualificação profissional inscreve-se no debate mais geral de questões ligadas à definição, manutenção e/ou redirecionamento das políticas em curso, sobretudo sua ligação com o contexto sócio-produtivo e político brasileiro e as próprias concepções neoliberais gestadas no âmbito internacional. As políticas de qualificação profissional inscrevem-se, assim, num contexto recente de transformações múltiplas e complexas, que ao mesmo tempo são de cunho sócio-econômico, teórico e ético-político, como assegura Frigotto (1999).

No campo sócio-econômico as mudanças se explicitam por uma nova ordem nos mercados mundiais, com hegemonia do capital especulativo, monopólio da ciência e da técnica, desemprego estrutural, maximização da desigualdade e acirramento da pobreza. No plano teórico, revestido de muita polêmica, revelam-se leituras e mudanças de paradigmas em que referenciais de análise distintos pretendem dar conta dos desafios do presente. A dimensão ético-política das transformações, por fim, se manifesta pela tendência de naturalização da exclusão, da violência e da miséria humana.

Este quadro sócio-histórico tem colocado a educação em geral como um dos aspectos essenciais nesse processo, de tal modo que assumindo centralidade nos debates como necessidade estratégica dos países na promoção do desempenho



econômico eficaz da população, quase como alternativa única possível para o ingresso no novo cenário de competição internacional. Aliás, ganhou evidência esse tipo de argumentação tanto por parte de governos como de empresários, vislumbrando assegurar aos indivíduos, dentre estes as juventudes, conhecimentos, habilidades cognitivas, competências sociais de acordo com as novas requisições do mundo do trabalho.

A mais recente reestruturação produtiva no mundo impôs, então, um outro padrão produtivo, fazendo sentir, tanto na esfera da produção como na reprodução da força de trabalho, a expressão de um novo estágio do desenvolvimento capitalista. Nesse novo contexto a qualificação profissional vai ganhar não apenas uma outra importância como traduz uma espécie de saída para um dos piores males que se revelam nesse novo período: o desemprego.

Diferente dos países centrais, onde num contexto de regulação social a qualificação constituiu-se peça-chave na estruturação dos mercados e das relações de trabalho, no Brasil esse debate só vai se despontar nos anos de 1990 na confluência de um sistema público, legando às juventudes lugar de destaque na agenda pública (VELASCO, 2004).

No novo contexto a qualificação é considerada como meio de se difundir um processo de formação profissional generalizada, decorrente de uma percepção de que para enfrentar os impactos negativos das mudanças estruturais característicos do período recente do capitalismo, a qualificação profissional alimentada pela retórica neoliberal e (neo)conservadora, lega à formação humana uma significação central nas sociedades contemporâneas.

É neste cenário que a qualificação profissional vai revestir-se de profunda ideologização, imbuindo-se de um novo discurso compondo, além de todo o movimento de alteração nas formas de regulação do processo de trabalho por intermédio da flexibilização, também de implicações decisivas sobre as funções e as tarefas do trabalhador. Nesse novo discurso, aparecem inúmeras noções e conceitos, como *competência*, *empreendedorismo* e daí as derivações atitudinais e comportamentais a elas atribuídas. Alguns tendem, inclusive, a opor os conceitos de qualificação e de competências, argumentando que esta última teria surgido, justamente, para substituir a



anterior a qual teria perdido pertinência diante do quadro de transformações da nova economia FRIGOTTO, 1998; GENTILLI, 1998; DELUIZ, 2004).

Neste campo do debate os programas de qualificação profissional direcionados para jovens são paradigmáticos, pois além de se voltarem para um público tradicionalmente alijado do processo de inclusão produtiva, mas em vias de formação e inserção no mercado de trabalho, ensejam em suas proposições teórico-filosóficas e práticas toda uma base de conhecimento, atitudes e habilidades a serem internalizados.

Assim é que os programas que tomam feição a partir dos anos de 1990, em especial na sua segunda metade, voltados para a preparação de jovens para entrada no mercado de trabalho passam a aliar elevação de escolaridade e formação para o trabalho como componentes inerentes à políticas públicas e programas. Em que pese anunciar na direção oposta estudos mostraram que encetam profunda ideologização (VELASCO, 2007), mas na tentativa de apreender as mudanças veiculadas da década mais recente cabe perguntar o que há de novo nos programas de preparação para o trabalho voltado para as juventudes? Afinal, qual a atualidade dessas análises?

II – Indagações sobre a realidade das inovações na preparação dos jovens para o trabalho

As reflexões que aqui se ensaiam resultam de pesquisa em desenvolvimento² que toma programas voltados para jovens como campo de investigação, na tentativa de apreender as tendências que se verificam desde os anos de 1990 em políticas/programas que aliam assistência/renda/elevação de escolaridade como saída e meta para atender às novas requisições do mercado de trabalho. Neste caso, está em análise o ProJovem

² Projeto de Pesquisa “A configuração da Política de Assistência Social em Mato Grosso: análise da Gestão, Financiamento e da Participação Social”, vinculado ao Grupo de Pesquisa Política Social, Direitos Sociais e Serviço Social, da UFMT, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT).



Adolescente, componente da Política de Assistência Social, a partir de suas mudanças mais recentes.

A rigor não se pode considerar o ProJovem um programa de qualificação profissional; contudo também não se pode desprezar o compromisso que se arvora com a preparação de jovens para o trabalho, no que a formação ganha lugar importante em sua programática, sobretudo quando verificado o conteúdo teórico-político, compreendido como de preparação para a vida e trabalho, aliando isso à permanência no sistema de ensino e construção do futuro, fomentando habilidades e aptidões.

O novo Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem nasceu da unificação de cinco programas já existentes (Agente Jovem; Saberes da Terra; ProJovem; Juventude Cidadã e Escola de Fábrica), que resultou em quatro subdivisões: ProJovem Urbano, ProJovem Campo, ProJovem Trabalhador e ProJovem Adolescente. O ProJovem Adolescente, que passa a integrar, então, este novo ProJovem em setembro de 2007 é herdeiro de pressupostos teórico-políticos do anterior Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, ainda que se considere reformulado com base em pesquisa avaliativa – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS), realizada em 2006, que considerou que o Agente Jovem ocupava lugar secundário na agenda dos municípios e dos estados; tinha baixa visibilidade e inexpressiva cobertura, baixo grau de relevância do tema juventude na própria agenda da política de assistência social, além de outros aspectos relativos à gestão.

Ao atualizar a base conceitual do Agente Jovem propõe um novo traçado metodológico³, inserindo-o na Proteção Social Básica da Política Nacional de Assistência Social, cuja linha de ação visa o enfrentamento da pobreza, geração de trabalho e renda

³ O Traçado Metodológico, conforme aparece nos documentos, envolve conteúdos considerados imprescindíveis para a compreensão da realidade e para a participação social dos jovens em seu processo de crescimento e desenvolvimento individual e coletivo, a saber: Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais; Juventude e Cultura; Juventude e Esporte e Lazer; Juventude e Meio Ambiente; Juventude e Saúde; Juventude e Trabalho. A seleção dos conteúdos e das ações socioeducativas em cada tema transversal busca como referência, por um lado, a integração dos três eixos estruturantes – Convivência Social, Participação Cidadã e Mundo Trabalho -, e, por outro, a criação das condições para a efetiva integração das políticas públicas, voltadas para os jovens, desenvolvidas a partir das prioridades políticas



e atenção a segmentos específicos⁴, dentre os quais jovens de 15 a 17 anos⁵. Deste modo seus objetivos estão direcionados à proteção e promoção social para os jovens e suas famílias e o aprofundamento da integração entre o Programa Bolsa Família e os serviços socioassistenciais desenvolvidos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), associando, assim, serviço e transferência de renda.

O que se coloca como problema é pensar em que condições hoje a implementação do programa vem dando conta de cumprir este papel anunciado. Assim, alguns aspectos, no limite do que este artigo permite, estão problematizados o que está se identificando como incongruências e/ou contradições nele presentes.

Garantir escolaridade, inserção cidadã, produtiva e transformadora⁶ é o desafio apontado pelo programa buscando responder à urgência social, à abrangência nacional e às necessidades de ações identificadas nas demandas e desafios apresentados atualmente pela realidade apresentada por esta faixa etária, em acordo com os documentos do programa (BRASIL, 2009). As problemáticas envolvendo as juventudes que motivaram a concepção das ações

definidas por cada Ministério parceiro no ProJovem Adolescente, com destaque para os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação e da Saúde. (BRASIL, 2009)

⁴ Atenção ao idoso, atenção à pessoa com deficiência, atenção a crianças de 0 a 6 anos, atenção a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, atenção a adolescentes e jovens de 15 a 17 anos (ProJovem Adolescente), atenção à população de rua, atenção à mulher, atenção à dependência química, enfim, atenção às necessidades básicas e garantia de mínimos sociais.

⁵ Jovens entre 15 e 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, jovens vinculados ou egressos de programas e serviços da proteção social especial, como os programas de combate à exploração sexual e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

⁶ Para o enfrentamento dos desafios que motivaram a concepção das ações socioeducativas do ProJovem Adolescente, são adotados três eixos estruturantes – Convivência Social, Participação Cidadã e Mundo do Trabalho – que se integram para a estruturação de um processo formativo que pretende contribuir para que os jovens possam se apropriar criticamente dos conhecimentos social e historicamente acumulados, cultivar e adensar os valores éticos e democráticos e se constituir individual e coletivamente como cidadãos de direitos comprometidos com a transformação social. Estes eixos organizam-se em conteúdos e ações que devem ser desenvolvidos com os jovens durante sua permanência nos dois anos de atividades, denominados Ciclo I e Ciclo II do ProJovem Adolescente (BRASIL, 2009)



socioeducativas no ProJovem Adolescente, se expressa na eleição de seis temas transversais que devem atravessar e perpassar em toda a sua extensão as ações socioeducativas em suas atividades teóricas e práticas.⁷

Assim não se pode deixar de observar que a ação socioeducativa se compromete a considerar a realidade dos jovens, dando sinais de uma metodologia de trabalho que quer levá-los à apropriação e produção de conhecimentos para que desenvolvam habilidades, ao mesmo tempo em que vivenciem novas formas de interação social e a construção de uma visão de mundo abrangente, como condições fundamentais para uma ação transformadora (BRASIL, 2009). Entretanto, não podemos deixar de questionar o quão isto tem sido possível de se realizar e o quanto este modelo não acaba por responsabilizá-los, e a suas famílias, por encontrar saídas à sua condição de pobreza. Isto se verifica no modo como as ações se apresentam numa versão significativamente precarizada, inclusive reeditando uma condição típica da trajetória da assistência social.

Informações de entrevista com a supervisão pedagógica no município de Cuiabá em 2009, explicita a meta em contribuir para a diminuição dos índices de violência, do uso de drogas, da incidência de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez não planejada, uma vez que previa oferecer ocupação e capacitação aos adolescentes, retirando-os das ruas e oferecendo novas perspectivas profissionais e de vida.

⁷ O Traçado Metodológico, conforme aparece nos documento, envolve vários domínios e conteúdos considerados imprescindíveis para a compreensão da realidade e para a participação social dos jovens em seu processo de crescimento e desenvolvimento individual e coletivo, a saber: Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais; Juventude e Cultura; Juventude e Esporte e Lazer; Juventude e Meio Ambiente; Juventude e Saúde; Juventude e Trabalho. A seleção dos conteúdos e das ações socioeducativas em cada tema transversal busca como referência, por um lado, a integração dos três eixos estruturantes – Convivência Social, Participação Cidadã e Mundo Trabalho -, e, por outro, a criação das condições para a efetiva integração das políticas públicas, voltadas para os jovens, desenvolvidas a partir das prioridades políticas definidas por cada Ministério parceiro no ProJovem Adolescente, com destaque para os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação e da Saúde. (BRASIL, 2009)



Organizado em ciclos a proposta pedagógica, no seu primeiro momento, objetiva tornar o Coletivo de Jovens um espaço de referência tanto como formativa como de convívio de modo a gerar oportunidades para o desenvolvimento de criatividade e instigar novos interesses. Ao final de 2009, quando finalizado o primeiro semestre de implantação em Cuiabá, pode-se notar ainda um regime de adequação do programa, tanto em relação a espaço físico, recursos humanos, quanto à adesão e manutenção dos adolescentes.

No que diz respeito aos percursos sócio-educativos, notou-se, como bem apontou estudo realizado por Arfelli (2009) que o processo permanecia bastante distante do esperado, tanto no que se refere aos passos metodológicos quanto às condições infra-estruturais necessárias ao funcionamento do programa. Diante disso, não se pode deixar de questionar se será possível nas condições em que vem se desenvolvendo, mesmo considerado à época o estágio inicial do programa, que estes jovens cheguem às aquisições para uma atuação crítica no seu meio social e no mundo do trabalho.

Dados veiculados em 2010 informam que dos 1.100 adolescentes participantes no município de Cuiabá, 30% deles ainda não participavam dos coletivos.⁸, o que requer mais uma vez pensar sobre as razões que fazem com que o Projovem mantenha, apesar de seus enunciados teórico-políticos, este padrão de precariedade, pois falta material de consumo básico, as instalações físicas são precárias, fazendo persistir os problemas que, inclusive, remete à discussão sobre a gestão e autonomia da assistência social em que a infraestrutura é desafio a ser enfrentado pelo SUAS.

Ao mesmo tempo em que se verificou o baixo grau de permanência dos jovens e baixo impacto na escolaridade, os resultados anunciam que não respondeu inclusive à demanda dos jovens por oportunidade de profissionalização



e inserção no mercado de trabalho, além de que os jovens evadem para inserção precoce no mercado de trabalho, com vínculos precários e desprotegidos, num contexto em que os jovens representam 54% do total de desempregados, sendo que a capacitação aparece como fator limitador preponderante nas seleções (IPEA, 2011).

Dados nacionais de pesquisa de avaliação qualitativa realizada pelo Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS)⁹ informa que a maior demanda dos próprios jovens no serviço socioeducativo é por qualificação profissional ou encaminhamento para estágios e atividades remuneradas.

Observa-se, finalmente, a permanência da dificuldade de se articular a tantas outras políticas setoriais. É o que o próprio SUAS denomina de *intersectorialidade dos serviços socioassistenciais* que diz respeito à oferta tanto do serviço socioeducativo do ProJovem Adolescente, como de outras políticas públicas básicas (saúde, educação, meio ambiente, assistência social, trabalho, esporte, cultura, lazer e segurança alimentar), a socialização e democratização do acesso e a articulação e funcionamento intersectorial dos serviços, como condições para a universalidade de acesso e de ampliação dos direitos de cidadania.

III – Algumas considerações finais

Na tentativa de identificar contradições e desafios que se colocam nesta idéia de constituição de um desenho político democrático novo – que hoje está posto para a própria Política Nacional de Assistência Social – que conceba os jovens, em sua diversidade, como sujeitos de direitos e não mais como eventuais

⁸ Orientadores Sociais do Programa Projovem discutem desafios pedagógicos. Site da Prefeitura Municipal de Cuiabá. Cuiabá, 04/10/2010. Disponível em: [/www.cuiaba.mt.gov.br/noticias?id=883](http://www.cuiaba.mt.gov.br/noticias?id=883). Acessado em: 10 de outubro de 2010.

⁹ Pesquisa Qualitativa de Avaliação da Implementação do ProJovem Adolescentes – Serviço Socioeducativo (PJA), SAGI/MDS, 2010. Disponível em: www.mds.gov.br/assistencia_social/protocabasica/servicos/projovem/seminario-do-projove-adolescente-2010. Acessado em: 15 de abril de 2011.

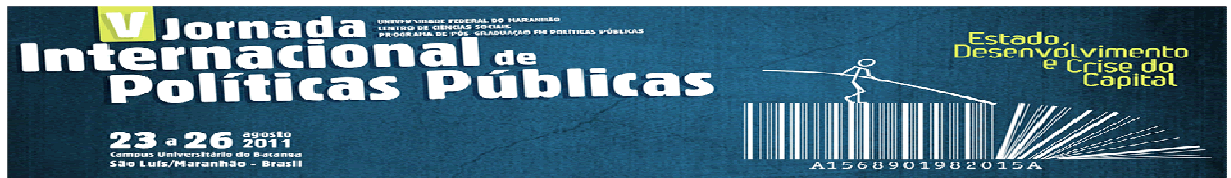


focos de problemas sociais foi que se apresentou aqui algumas indicações que problematizam como programas voltados a esse segmento ainda tem conferido um processo de ideologização. Por isso, neste empreendimento analítico reside a própria tarefa de apreender esse processo pelo que oculta.

Estes são aspectos que embora não analisados em sua totalidade servem como referência para problematizar o ProJovem Adolescente não correndo o risco, portanto, de enxergá-lo como fenômeno autônomo, mas contextualizado em suas determinações sócio-históricas. Nestes termos é que a descoberta súbita e valorização da dimensão humana acabam por revelar, de acordo com Frigotto (1999) os limites e as contradições do capital nesta incessante procura de redefinir um novo padrão produtivo e de sociabilidade que vulnerabiliza o trabalho e a vida.

Referências

- ARFELI, E. R. P. Projovem Adolescente em uma perspectiva de análise: percepção dos Adolescentes do Projovem da Região Leste de Cuiabá. Monografia, (Especialização em Serviço Social e os Fundamentos da prática profissional), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS). Traçado Metodológico, Brasília, 1ª Edição 2009.
- DELUIZ, N. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. Boletim Técnico do SENAC. Volume 30 nº 3, set-dez 2004.
- FRIGOTTO, G. Educação e crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1999.
- GENTILLI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In FRIGOTTO, G. (org). Educação e a crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VELASCO, E.G. O jovem na agenda pública da Política para o Trabalho no Brasil: primeiras aproximações. Série Políticas Públicas em Debate, V. 3, p. 13-23, 2003.



_____. Jovem e Qualificação Profissional: Programas e trajetórias de jovens em busca do primeiro emprego em Mato Grosso. Tese (Doutorado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2007.